



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - MOVIMENTAÇÃO MENSAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO /2020 A DEZEMBRO /2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	LIQUIDADAS													
	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.262.428,43	31.167.871,29	31.358.446,98	30.381.024,60	30.647.174,60	44.188.502,18	31.336.979,46	32.705.866,87	32.154.127,40	32.703.417,78	32.489.491,73	57.670.213,58	418.065.544,90	17.445,78
Pessoal Ativo	31.262.428,43	31.167.871,29	31.358.446,98	30.381.024,60	30.647.174,60	44.188.502,18	31.336.979,46	32.705.866,87	32.154.127,40	32.703.417,78	32.489.491,73	57.670.213,58	418.065.544,90	17.445,78
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	25.114.658,13	25.036.003,13	25.110.191,41	23.798.341,39	24.036.647,10	37.596.230,98	24.770.351,08	26.100.420,20	25.570.607,44	26.106.581,39	25.886.558,70	44.479.369,41	333.605.960,36	17.445,78
Obrigações Patronais	6.147.770,30	6.131.868,16	6.248.255,57	6.582.683,21	6.610.527,50	6.592.271,20	6.566.628,38	6.605.446,67	6.583.519,96	6.596.836,39	6.602.933,03	13.190.844,17	84.459.584,54	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF)	249.263,17	336.947,89	306.555,49	217.989,88	129.313,43	95.284,26	208.062,95	164.047,38	248.850,08	280.239,98	302.713,06	389.087,94	2.928.355,51	0,00
(II) Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	137.058,46	238.561,24	235.631,05	147.065,44	58.388,99	44.964,91	172.600,73	128.585,16	213.387,86	244.777,76	267.250,84	353.625,72	2.241.898,16	0,00
Decorrentes de decisão judicial de períodos anteriores ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de períodos anteriores ao da apuração	112.204,71	98.386,65	70.924,44	70.924,44	70.924,44	50.319,35	35.462,22	35.462,22	35.462,22	35.462,22	35.462,22	35.462,22	686.457,35	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	31.013.165,26	30.830.923,40	31.051.891,49	30.163.034,72	30.517.861,17	44.093.217,92	31.128.916,51	32.541.819,49	31.905.277,32	32.423.177,80	32.186.778,67	57.281.125,64	415.137.189,39	17.445,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBREA A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.553.215.393,26	100,00 %
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00 %
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	0,00 %
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	8.553.215.393,26	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	415.154.635,17	4,85 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	513.192.923,60	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	487.533.277,42	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	461.873.631,24	5,40 %

Notas Explicativas: Por força da DECISÃO TC – 16779 PLENO, para fins de cálculo dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal de Despesa com Pessoal, o valor correspondente ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, incidente sobre remuneração, subsídio e proventos dos servidores públicos Estaduais e Municipais não foi considerado no cômputo da receita corrente líquida e nem no somatório da despesa total com pessoal dos Poderes e Órgãos Públicos. O valor do IRRF foi deduzido dos vencimentos, vantagens e outras Despesas Variáveis dos meses de janeiro a dezembro/2020, bem como da RCL.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável TJ DE SERGIPE, Data da emissão 27 de Janeiro de 2021 e hora da emissão 09h e 28m

OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO

PEDRO VIEIRA SANTOS

AUGUSTO MENDONÇA CONCEIÇÃO

Presidente TJ/SE

Secretário de Finanças e Orçamento

Diretor Financeiro

CPF: 034.247.075-20

CPF: 265.601.355-00

CPF: 383.073.325-91